

PODER

Adiado, de novo, texto da reforma tributária

Relator Eduardo Braga transfere, do dia 18 para o dia 24, a apresentação do parecer

» EDLA LULA

Prestes a apresentar o relatório sobre a reforma tributária, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) está com muitas pendências a resolver na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45/2019, que recebeu da Câmara, em agosto. Por isso, foi necessário alterar, mais uma vez, o cronograma de trabalho, transferindo, do dia 18 para o dia 24 deste mês, a data de apresentação do parecer.

Um consenso que enxerga entre as 388 emendas que recebeu ao texto, ontem, é a criação do Comitê Gestor, em substituição ao Conselho Federativo. “A minha visão é que o conselho seja um órgão gestor e administrador, sem competências para iniciativas legislativas e sem competência para decidir sobre questões federativas”, disse Braga, em conversa com jornalistas, após reunião com governadores do Sul do país **(leia reportagem abaixo)**.

Essas definições, segundo o senador, caberiam aos estados, por meio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). “Estamos tirando a disputa política de dentro do Conselho Federativo. Acho, inclusive, que o nome ‘conselho’ foi dado de forma equivocada para um órgão que apenas arrecada e distribui (os impostos)”, acrescentou, adiantando que o nome do órgão será modificado em seu parecer.

Da maneira como saiu da Câmara, a PEC daria ao conselho poderes de governança, o que desagradou os chefes dos executivos estaduais. Agravou o fato de o relator da matéria na Câmara, Aginaldo Ribeiro (PP-PB), ter acatado sugestão dos governadores do Sul e do Sudeste, de criação de uma fórmula em que as decisões aprovadas deveriam contar com a maioria absoluta dos representantes dos estados e municípios, que, somados, correspondam a pelo menos 60% da população nacional. Somente os habitantes do Sudeste equivalem a 42% do total de brasileiros.

Braga também tende a aumentar o valor destinado ao

Roque de Sá/Agência Senado



Braga diz que vai transformar Conselho Federativo em comitê gestor

Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que, no texto atual, está em R\$ 40 bilhões. “O sentimento que eu colhi conversando com todos os governadores é que o fundo tenha um montante maior. Os governadores do Sul falam em R\$ 80 bilhões, os do Nordeste e do Norte falam em R\$ 75 bilhões” ressaltou.

Ele citou, ainda, documento do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), que pleiteia R\$ 75 bilhões. “Há um consenso de que seja um número como esse. No entanto, não houve uma sinalização do governo federal em torno disso”, frisou.

Fonte de recursos

De acordo com a proposta, o FDR começará com transferências da União de R\$ 8 bilhões

em 2029, aumentando R\$ 8 bilhões por ano, até atingir R\$ 40 bilhões em 2033.

“Quando falta pão, todo mundo briga e ninguém tem razão”, citou Braga, ao enfatizar que defende um valor “robusto” para o fundo, mas que será necessário apontar a fonte dos recursos.

Um tema que “divide opiniões”, segundo o parlamentar, é a criação do Imposto Seletivo, que teria a mesma função reguladora do atual Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Ele afirmou que ainda está estudando o melhor caminho para definir os produtos que entrarão na lista de exceções, sem causar a insegurança jurídica que vários setores temem.

Para garantir a segurança, uma das propostas em análise é a previsão de que, ao ser definida a relação dos produtos sobre os quais vai incidir a alíquota, seja adotada a regra de anuidade,

» Contratação de parentes

O PSB ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação que visa impedir prática corriqueira na administração pública em quase todo o país: a indicação e a nomeação de parentes de políticos em cargos de liderança na Câmara, no Senado, nos Legislativos estaduais e municipais e em órgãos do Executivo. A ministra Cármen Lúcia é a relatora. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 1089) mira familiares de até segundo grau a fim de impossibilitar “a ocupação de forma simultânea em cargos de um mesmo Estado ou cidade”. Na prática, o pedido de autoria do advogado do PSB, Rafael Carneiro, proibiria que parentes de governadores e prefeitos integrassem Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, alcançando também Senado e Câmara federal.

que só permite que a medida entre em vigor um ano a partir da publicação da lei. Braga lembrou que o IPI é definido por decreto, com a regra da noventena, ou seja, 90 dias após a publicação do decreto.

O relator deixou claro que a lista não vai integrar o texto da reforma. “Não temos como colocar na Constituição determinados níveis de detalhamento”, enfatizou. Uma das opções é que a taxaça seja definida por meio de lei ordinária. Segundo o relator, esse é um dos pontos controversos, pois vários senadores apontam para a lei complementar, que exige um maior número de parlamentares para aprovar.

O temor é de que um número maior de produtos seja excepcionalizado, fugindo da proposta inicial do Imposto Seletivo, criado para tributar produtos que fazem mal, como cigarros e bebidas.

Governadores querem Fundo Constitucional

» HENRIQUE LESSA

Os governadores do Conselho de Desenvolvimento do Sul (Codesul) — que reúne Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul — querem que a reforma tributária tenha a previsão de um Fundo Constitucional para a Região Sul. Os chefes dos executivos estaduais se reuniram, ontem, com o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator do texto sobre as mudanças na tributação.

“Existe um Fundo Constitucional do Nordeste, do Centro-Oeste, do Norte, não são recursos que vão para os governos, são recursos que vão para financiar os bancos de desenvolvimento, que subsidiam empréstimos para o setor privado. As regiões Sul e Sudeste não têm fundos constitucionais. Estamos demandando que, no âmbito da reforma tributária, seja viabilizado o Fundo Constitucional da Região Sul”, disse o presidente do Codesul, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB).

Para financiar esse fundo, os gestores indicaram o direcionamento dos royalties da usina binacional de Itaipu. “Apontamos uma pauta de cinco itens prioritários, falamos do Fundo Constitucional, do Fundo de Desenvolvimento Regional, da questão do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços)

Roque de Sá/Agência Senado



Governadores se reuniram com o relator da reforma tributária, senador Eduardo Braga

As regiões Sul e Sudeste não têm fundos constitucionais. Estamos demandando que, no âmbito da reforma tributária, seja viabilizado o Fundo Constitucional da Região Sul”

Eduardo Leite (PSDB), governador do Rio Grande do Sul e presidente do Codesul

e do CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), para que andem juntos”, destacou o governador de Santa Catarina, Jorgeinho Mello (PL). “São cinco itens que a gente acordou. Um dos apontamentos requer uma audiência com o ministro (Fernando) Haddad sobre os royalties de Itaipu.”

Já o Fundo de Desenvolvimento Regional é um valor que vai direto para os governos estaduais. A estimativa é de que o valor fique em R\$ 400 milhões, mas os governadores querem a ampliação para cerca de R\$ 1 bilhão.

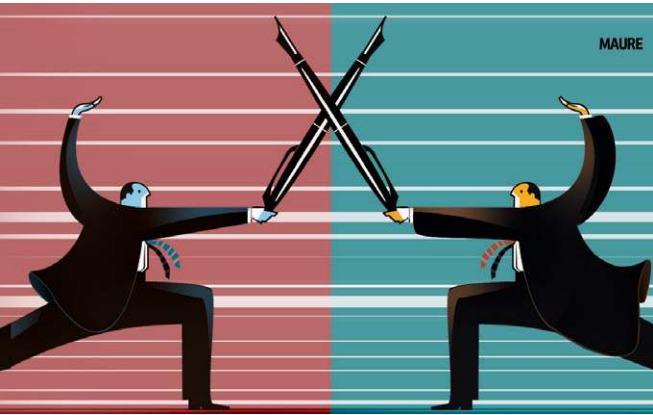
NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Em tempos de guerra, a ofensiva conservadora no Congresso

Quando todas as atenções estão voltadas para Israel e a Faixa de Gaza, onde acontece uma carnificina, desde o brutal ataque terrorista do Hamas ao território israelense, as forças conservadoras no Congresso mantêm a ofensiva contra os direitos das minorias e decisões tomadas pelo Supremo com objetivo de protegê-las, como aconteceu com a questão do marco temporal das terras indígenas a partir da Constituição de 1988, rejeitada pela Corte.

Ontem, a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) aprovou o relatório do deputado Pastor Eurico (PL-PE), que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo. O texto prevê, além da proibição, que padres, pastores e líderes religiosos não sejam obrigados a realizar cerimônia de união homoafetiva e que essas uniões sejam asseguradas por um contrato de sociedade. Ou seja, propõe a revogação de decisão já tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com base na Constituição.

É muito provável que o presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, deputado Rui Falcão (PT-SP), pela qual deve ser examinada, engavete a proposta. Mas, se a colocar em votação, provavelmente será aprovada, porque a maioria dos deputados da CCJ também é conservadora. O que está acontecendo no Congresso é que a extrema direita, sob liderança do PL, conseguiu se rearticular com as bancadas ruralista, evangélica e “da bala” para fazer frente ao governo, da agenda econômica aos costumes, mas é nesta última que está a prioridade. Não é uma coisa fortuita, é uma estratégia que reflete a articulação da extrema direita mundial.

No Brasil, a demonstração de que se trata de uma estratégia organizada foi a espetacular vitória dos setores evangélicos e bolsonaristas nas eleições para os conselhos tutelares em todo o país. A senadora Damarens Alves (PL-DF), evangélica e ex-ministra de Bolsonaro, foi a grande artífice da articulação. O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo que zela pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

O analista de rede e professor Sergio Denicoli, da AP Exata, no último dia 6, em seu Blog no *Estadão*, chamava a atenção para o fato de que a questão da proteção às crianças tem conquistado mais protagonismo. “O tema ganhou impulso a partir de uma nova orquestração que abarca militância política e guerra cultural, a partir do momento em que a direita buscou o tema como estratégia para avançar por esferas além da política partidária.”

Segundo ele, é uma pauta internacional. Haveria um certo consenso entre conservadores de todo mundo de que a esquerda domina setores importantes, como universidades e entretenimento. “Incentivada por esse pensamento, a direita tem investido não apenas na guerra política, mas também na guerra cultural, criando uma infinidade de canais próprios de difusão de informação. Isso tem ajudado a consolidar o movimento conservador como algo identitário. A partir do momento que alguém se identifica como conservador, passa a receber uma grande infinidade de informações aptas a esse pensamento”, avalia.

Reação homofóbica

Denicoli chama a atenção para o filme *Som da Liberdade*, que teve um financiamento coletivo. A produção aborda a questão do tráfico de crianças e tem sido indicada nas redes por líderes políticos e empresariais importantes, como Donald Trump e Elon Musk, respectivamente. Personalidades, líderes religiosos e políticos identificados com o bolsonarismo lotaram os cinemas brasileiros de fiéis de diversas igrejas, que se reúnem para assistir ao filme. O ex-presidente Jair Bolsonaro e sua esposa, Michelle, fizeram questão de divulgar nas suas redes que assistiram ao filme.

A agenda identitária, que serviu como refúgio da esquerda durante o governo Bolsonaro, agora passou a ser a agenda da extrema direita, com sinal trocado. De certa maneira, o sectarismo e uma ingenuidade da esquerda e dos grupos de equidade de gênero, raça e diversidade facilitam o trabalho dos conservadores, como no episódio da dancinha erotizada num evento oficial do SUS. A sigla LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, queer, intersexual, assexual e pansexual; o mais diz que outras identidades podem surgir), que resume a revolução de gênero, foi estigmatizada como ameaça aos bons costumes.

A questão central é que a vida e a liberdade podem ser destruídas, mas não podem ser separadas, como disse Thomas Jefferson, o principal autor da Declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776, cuja ideia-força moveu a campanha pelos direitos civis liderada por Martin Luther King Jr nos Estados Unidos: “Todos os homens são iguais. A eles foram dados direitos inerentes e inalienáveis”.

Devemos ao britânico John Stuart Mill, no seu famoso *Ensaio sobre a liberdade*, em meados século XIX, a tese seminal do liberalismo moderno: a liberdade individual é o alicerce de uma sociedade saudável. “Sobre si mesmo, sobre seu próprio corpo e mente, o indivíduo é soberano”, sustentou àquela época, em que a noção de democracia estava associada exclusivamente à vontade do que chamou de “ditadura da maioria”, sem levar em conta os direitos das minorias. Mill defendia que o princípio da liberdade individual deveria ser aplicado ao pensamento, às expressões de opinião e às ações. Quando esse princípio é desrespeitado pela maioria, o que existe por trás é um projeto político “iliberal”, ou seja, governos autoritários eleitos.